

# ADUNIOESTE

SINDICATO DOCENTE DA UNIOESTE  
(Seção Sindical do Andes – Sindicato Nacional)

## GOVERNO SERRA (PSDB) INTERVÊM E ATACA A AUTONOMIA DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS PAULISTAS

Uma das primeiras medidas de José Serra, ao assumir o governo do estado de São Paulo foi atacar frontalmente a autonomia das universidades estaduais paulistas (USP, Unicamp e Unesp). As universidades paulistas são reconhecidas como aquelas que conseguiram avançar mais no exercício da autonomia universitária, prevista no artigo 207 da Constituição federal. Em muitos casos se constituíram em referências positivas do exercício da autonomia universitária para outras instituições de todo o Brasil. O resultado do embate que se dá entre o intervencionismo do Governo Serra e o movimento em defesa da autonomia das universidades paulistas poderá ser crucial à luta em defesa da autonomia universitária que se trava em todo o país.

Transcrevemos abaixo o Manifesto do “Fórum das Seis”, que agrega as entidades representativas de docentes, discentes e servidores técnicos da três universidades estaduais paulistas.

### Manifesto do Fórum das Seis em defesa das Universidades Estaduais Paulistas

#### **Intervenção do Governo Serra nas Universidades Públicas Paulistas**

O decreto nº. 51460/07, publicado no dia 1º. de janeiro de 2007, não deixa dúvidas, foi uma das ações mais violentas dos últimos tempos contra as Universidades Paulistas.

Intervenções não se fazem somente alterando comandos das Universidades, destituindo ou substituindo diretores ou reitores. Intervenções se fazem também não comunicando previamente ações que possam interferir na dinâmica de uma Instituição que historicamente se mantém de forma independente e competente. Na atualidade, uma forma de intervir é dificultando o manuseio de verbas, de investimentos, ou mesmo a prestação de contas daquilo que foi investido.

A universidade fazer parte do SIAFEM (Sistema Integrado de Administração Financeira para Estado e Municípios do Estado de São Paulo), órgão ligado a Secretaria do Estado da Fazenda, evidentemente aumenta o controle dos gastos públicos nas Universidades, o que a princípio pode parecer bom e esperado, mas que pode causar transtornos graves no manuseio de verbas e alocação de recursos para determinados setores que necessitem de verbas emergencialmente. As Universidades possuem hospitais sob sua responsabilidade, pesquisas em andamento, emergências no ensino.

Inicialmente, através do decreto nº 51461/07, foram modificados a estrutura e o funcionamento do CRUESP (Conselho de Reitores das Universidades Estaduais do Estado de São Paulo). Sua presidência antes exercida por um reitor (óbvio, pois é um conselho de reitores) passa a ser exercida pelo Secretário do Ensino Superior. Entretanto, o decreto nº 51535/07 de 31 de janeiro dá nova redação ao artigo 42 do decreto nº 51461/07. Um aparente recuo volta a considerar como presidente do CRUESP um reitor. Recuo estrategicamente pensado que pode ser considerado como um ato benevolente. Entretanto pode ser apenas a aplicação de um plano previamente refletido e colocado em ação.

A questão é: o governo, ao criar uma Secretaria do Ensino Superior, quer realmente valorizar este segmento? Ou quer controlar com maior rigidez o que ocorre na esfera universitária? Evidentemente que os objetivos não são excludentes, pelo contrário se completam e, de forma velada, ameaçam a autonomia conquistada ao longo da história. Como ao diminuir a possibilidade de aplicar e decidir, fundamentada em suas necessidades, onde aplicar os recursos financeiros, que tipo de pesquisa fazer ou até mesmo que parcerias consolidar.

O que devemos fazer é lutar para ampliar e consolidar a autonomia consagrada desde 1988. E não, através de decretos e ações que não se configuram como democráticas, alterar um estado de coisas que a história tem mostrado que dá certo, prova disto é o desenvolvimento das Universidades Estaduais Paulistas

Embora o Secretário do Ensino Superior, José Aristodemo Pinotti, tenha garantido em artigo publicado no jornal Folha de São Paulo que a autonomia será mantida, que a parcela do ICMS continuará a ser repassada (mas qual, se a LDO ainda não foi aprovada?), que haverá continuidade da política salarial e da expansão de vagas, por que paira a desconfiança? Simples! Se têm-se tudo isto garantido, então por que fazer um decreto logo no primeiro dia de governo, sem

nenhuma discussão ou consulta prévias, obrigando todas as instâncias universitárias - que são autônomas (ainda?) - a se submeterem a uma série de controles e ações ponderadas pelo governo estadual.

O decreto, aparentemente uma peça jurídica perfeita, pode representar (se já não é) uma ameaça uma vez que, se necessário segundo o governante de plantão, pode ser aplicado com o rigor que for desejado no momento.

---

## **SERRA E O FIM DA AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA**

**Alcir Pécora e Francisco Foot Hardman (IEL / UNICAMP)**

As primeiras medidas do governador Serra relativas às universidades estaduais paulistas são motivo de mais ampla perplexidade. Por meio de dois decretos (n. 51.460 e 51.461, de primeiro de janeiro), o novo titular dos Bandeirantes criou a Secretaria de Ensino Superior e transferiu para sua alçada, como "estrutura básica da Pasta", o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais do Estado de São Paulo (CRUESP), que antes integrava o Gabinete do Governador. Mais ainda: USP, Unicamp e Unesp passam a ser vinculadas à nova Secretaria (até aqui eram parte da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, o que se justificava plenamente por seu caráter básico de universidades de pesquisa). Não se trata de questão de nomenclatura: transferem-se igualmente para a Secretaria de Ensino Superior "os bens móveis e equipamentos, os cargos e funções-atividades, os direitos e obrigações e o acervo relativos às atividades da Administração Direta voltadas ao ensino superior, em todos os seus níveis".

O que poderia parecer, à primeira vista, gesto de atenção para com o ensino superior, revela-se, em exame mais atento, operação de controle centralizado, pelo aparelho estatal do governo, das estruturas, funções, recursos materiais e humanos das universidades. E ao se examinar a nova composição do CRUESP, percebe-se o segredo de polichinelo desses decretos de estréia do governo Serra: intervir diretamente sobre a autonomia das universidades, com o esvaziamento do poder de coordenação e decisão dos reitores e sua subalternidade ao Secretário de Ensino Superior, que passa a ser o Presidente permanente do Conselho de Reitores - um Super-Reitor? --, com voto de minerva, em proporcionalidade que agora favorece sempre o Governo, já que além dele têm assento os secretários de Desenvolvimento e de Educação. Instituído durante o governo Quéricia, em 1986, o CRUESP representou avanço no árduo processo de conquista da autonomia universitária. Dele faziam parte os secretários de Ciência e Tecnologia e de Educação, mas a maioria ficava reservada, como seria própria no caso de respeito ao princípio da autonomia, aos três reitores, que se revezavam, de modo equânime, na presidência do órgão, em mandatos anuais.

Sabemos que sem autonomia da gestão financeira aquele princípio, fundamental na moderna administração de instituições voltadas para serem a vanguarda da inovação científica, tecnológica e cultural no País, torna-se palavra vã. E o balanço dessas duas décadas, apesar dos percalços, é muito favorável à experiência de autonomia universitária acumulada na USP, Unicamp e Unesp -- disso há vários índices e exemplos conhecidos. O reconhecimento da comunidade acadêmica nacional e internacional, da opinião pública e da sociedade brasileira indicam que o modelo de gestão das universidades paulistas deve ser referência para outros institutos, centros de pesquisa, faculdades e universidades.

Isto posto, cabe indagar: como ficará o repasse da cota de ICMS que a Assembléia Legislativa nos garante desde 1989, espinha dorsal de nossos orçamentos? Como ficarão a política salarial e as complexas questões de carreiras docentes, de pesquisadores e de servidores técnicos? Como ficará a política de expansão das vagas na graduação e pós-graduação, bem como a criação de novas carreiras e campi? E a questão da previdência nas universidades? E a renovação e conservação de nossas complexas redes de infraestrutura de pesquisa? Com a palavra, o senhor Governador e o senhor Secretário.

Mas antes que o silêncio e a desmobilização nos tragam novas más surpresas, com a palavra os senhores reitores, os conselhos universitários, as congregações, os diretores e coordenadores, as associações docentes, as entidades de funcionários e estudantes. Que as férias não impeçam a abertura imediata de um debate necessário e conseqüente sobre a natureza e efeito dos decretos citados, que implicam mudanças profundas de gestão e atingem em cheio a autonomia universitária, e não podem portanto ser simples e autocraticamente decretados. A tradição das universidades estaduais paulistas está a reclamar a devida resposta, prudente e lúcida, mas com a firmeza que a gravidade do assunto requer.